

HABEAS CORPUS Nº 570.512 - PA (2020/0079527-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ELIENE DOS SANTOS EVANGELISTA
ADVOGADO : ELIENE DOS SANTOS EVANGELISTA - PA019747
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : VALDINEI MOURA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de VALDINEI MOURA DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 157, §3º, segunda parte, c/c o art. 14, II, do Código Penal (latrocínio tentado), e 244-B, do ECA (corrupção de menor), às penas de 16 anos, 5 meses e 2 dias de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 160 dias-multa, tendo sido negado o benefício do apelo em liberdade (e-STJ fls. 23/32).

Irresignada, a defesa apelou, estando ainda pendente de apreciação o recurso defensivo.

Neste *writ*, sustenta a impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo para o julgamento do recurso.

Aduz que foi interposto recurso de apelação em 28/6/2017, e que, até hoje, não foi designada data para o julgamento do recurso.

Requer, assim, a concessão da ordem para expedir alvará de soltura em benefício do paciente ou, subsidiariamente, para determinar o julgamento do recurso.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Superior Tribunal de Justiça

Em um juízo de cognição sumária, no entanto, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

É que, de acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios, devendo ser realizada uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Ademais, esta Corte tem reiterada jurisprudência no sentido de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o *quantum* de pena aplicada na sentença condenatória.

E, na espécie, ao menos ao que se tem deste juízo perfunctório dos autos, não me parece estar configurada a ausência de razoabilidade ou demora imotivada do julgamento do recurso defensivo, mormente em razão do *quantum* de apenamento do paciente.

De toda forma, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal, o que será possível após a devida instrução do feito, com as informações a serem prestadas pela autoridade ora apontada como coatora.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* acerca do alegado na inicial do presente *writ*, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, **senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico**, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator